

Sociologia à escala individual, psicologias e neurociências¹

Sociology at the individual level, psychologies and neurosciences

Autor

Bernard Lahire

Professor de Sociologia na École Normale Supérieure de Lyon, na França, e membro sênior do Institut Universitaire da France. Publicou vinte livros, entre eles: *The Plural Actor* (Polity Press, 2010) e *This Is Not Just a Painting: Essay on Art, Domination, Magic and the Sacred* (Polity Press, 2019). Ele foi premiado com a Medalha de Prata do CNRS para as ciências humanas e sociais em 2012.

Tradutora:

Renata Dermenjian

E-mail: rederme@gmail.com

Revisor Técnico:

Plácido Adriano de Moraes Nunes

Mestre em Sociologia (UFAL)

Revisor Técnico de tradução e

Gerente de Assuntos

Internacionais da Latitude

E-mail:

placido.adriano@hotmail.com

Resumo

A tradição sociológica francesa há muito tempo considera o “indivíduo” como uma realidade situada fora de sua área de compreensão e investigação. Segundo Durkheim, o indivíduo é um objeto psicológico por excelência. A sociologia há muito tempo favorece o estudo dos coletivos (grupos, classes, categorias, instituições, microcosmos), sugerindo que o indivíduo era uma realidade que, por si só, ficava aquém do social. O artigo discute um método, a partir de meados da década de 1990, de pesquisar a sociologia em uma escala individual. Essa abordagem está essencialmente inserida na tradição sociológica francesa, de Durkheim a Bourdieu, via Halbwachs, apesar das inflexões e críticas que possam existir nessa tradição, ao mesmo tempo em que ela se baseia no principal conhecimento teórico da sociologia relacional e focada em processos de Norbert Elias. A partir da realização empírica na reflexividade metodológica e teórica, este programa de pesquisa tem progredido em diálogo com vários tipos de conhecimento científico mais classicamente orientados para o indivíduo e suas realidades mentais, como a psicologia cultural, a psicanálise, a psicologia cognitiva ou as neurociências.

Palavras-chaves:

Contextualista, disposicionalista, neurociências, psicologia, sociologia à escala individual.

¹ Tradução de ‘Sociology at the individual level, psychologies and neurosciences’ originalmente publicado na revista *European Journal of Social Theory* (2020, vol. 23, n. 1, p. 52-71).

Abstract

The French sociological tradition has long regarded the ‘individual’ as a reality situated outside its area of intellection and investigation. According to Durkheim, the individual is a psychological object par excellence. Sociology has thus long favored the study of collectives (groups, classes, categories, institutions, microcosms), suggesting that the individual was a reality which, in itself, fell short of the social. The article discusses a method from the mid-1990s of researching sociology at an individual scale. This approach is essentially embedded in the French sociological tradition, from Durkheim to Bourdieu via Halbwachs, despite the inflections and criticisms it might have of this tradition, while also drawing on the main theoretical knowledge of Norbert Elias’ relational and process-focused sociology. From empirical realization in methodological and theoretical reflexivity, this research program has progressed in dialog with various types of scientific knowledge more classically oriented toward the individual and their mental realities, such as cultural psychology, psychoanalysis, cognitive psychology or the neurosciences.

Keywords: Contextualist, dispositionalist, neurosciences, psychology, sociology at the individual level.

Introdução

A sociologia disposicionalista e contextualista em escala individual nem sempre foi um projeto bem compreendido ou bem percebido. A tradição sociológica francesa há muito tempo considera o “indivíduo” como uma realidade situada fora de sua área de compreensão e investigação. Segundo Durkheim, o indivíduo é um objeto psicológico por excelência. Seu raciocínio parece implacável: o indivíduo é apenas uma parte de um todo que é social (sociedade ou grupo); o todo é mais do que a soma de suas partes, portanto, as partes não são elas mesmas sociais.¹ A sociologia tem funcionado amplamente sobre esse entendimento desde Durkheim, afugentando qualquer desvio considerado psicologizante.² A disciplina, portanto, por muito tempo

favoreceu o estudo dos coletivos (grupos, classes, categorias, instituições, microcosmos), sugerindo que o indivíduo era uma realidade que, por si só, estava aquém do social. O grupo ou o coletivo para a sociologia, o indivíduo para a psicologia: a divisão parecia clara e passava como puro senso comum.

No entanto, sem perceber e especialmente sem extrair todas as suas consequências teóricas, a sociologia se interessou progressivamente tanto por indivíduos socializados como tais e por suas ações, quanto pelos grupos sociais, estruturas sociais ou instituições dos quais participam. Estudos de caso, retratos, histórias de vida ou abordagens biográficas permitiram perscrutar singularidades individuais sem perder de vista o objetivo de explicar o social pelo social (BERTAUX, 1977; 2005; ELIAS, 1991A; PENEFF, 1997; THOMAS AND ZNANIECKI, 1958 [1919]).³

Para responder às necessidades das minhas pesquisas (por exemplo, compreender os casos estatisticamente improváveis de sucesso acadêmico, compreender as variações intraindividuais de práticas e preferências culturais, apreender as práticas criativas de um escritor singular, interpretar sociologicamente produções oníricas etc.), fui levado a desenvolver uma sociologia em escala individual desde meados da década de 1990. Esta abordagem está essencialmente inserida na tradição sociológica francesa, de Durkheim a Bourdieu via Halbwachs, apesar das inflexões e críticas que poderia ter dessa tradição, ao mesmo tempo em que se baseia no principal conhecimento teórico da sociologia relacional e focada em processos de Norbert Elias. A partir da realização empírica em reflexividade metodológica e teórica, este programa de pesquisa tem progredido em diálogo com diversos tipos de conhecimento científico mais classicamente/tradicionalmente orientados para o indivíduo e suas realidades mentais, como psicologia cultural, psicanálise, psicologia cognitiva ou neurociências. Este artigo tem como objetivo apresentar este programa de pesquisa e as apostas dessa forma de sociologia à escala individual, destacando sua relação com diferentes aspectos das ciências psicológicas e cognitivas.

A sociologia à escala individual é possível?

O individual e o coletivo

Qualquer mudança em escala de observação e de redefinição de desencadear uma série de questionamentos e inquietações. O indivíduo não é um terreno reservado a diferentes psicologias (psicologia cognitiva experimental, psicologia social, psicologia diferencial, psicologia cultural ou psicanálise)? A sociologia não é obrigada a lidar exclusivamente com realidades coletivas, ou seja, com objetos em que os indivíduos desaparecem como seres socialmente singulares em favor de agregados, grupos, organizações, campos, quadros de interações, etc.?

A imagem comum da sociologia como uma “ciência generalista” da sociedade, dos coletivos e grupos sociais ou, pior ainda, como uma “ciência das médias”, incapaz de explicar as singularidades individuais, tem suas raízes, em parte, na concepção durkheimiana de uma separação entre a consciência coletiva e a consciência individual. A separação dentro de cada indivíduo de dois “seres” ou dois “grupos de estados de consciência” (DURKHEIM, 1987, p. 330), individual e coletivo, foi operacionalizada inicialmente com a intenção de distinguir a sociologia da psicologia (como “a ciência do indivíduo mental” [Durkheim, 1981, p. 17] e prevenir toda tentativa de reduzir o social ao psicológico.

Com mais audácia sociológica, no entanto, Durkheim escreveu, em 1900, que "a psicologia também está destinada a se renovar em parte" sob a influência da pesquisa sociológica, "porque se fenômenos sociais penetram o indivíduo de fora, há todo um domínio da consciência individual que depende em parte das causas sociais, das quais a psicologia não pode prescindir sem se tornar ininteligível" (DURKHEIM, 1975, p. 35, n. 5). Ou ainda, em 1908, que "toda a sociologia é psicologia, mas uma psicologia *sui generis*" e que "essa psicologia está destinada... a renovar um grande número de problemas atualmente levantados por uma psicologia puramente individual e até, como consequência, pela teoria do conhecimento" (DURKHEIM, 1975, p. 61).

A sociologia, no fundo, "em si resulta em uma psicologia", mas em uma psicologia que Durkheim julga, em 1909, como "mais concreta e complexa do que a

faz os psicólogos puros" (DURKHEIM, 1975, p. 185) de seu tempo. Com seus alunos (Mauss e Halbwachs, em particular), ele não hesita em falar de "sociologia psicológica", de "sociopsicologia" ou de "psicologia coletiva" para designar as direções da pesquisa que ele pressente situar o pesquisador até o ponto onde a fronteira entre as disciplinas psicológicas e sociológicas desaparece.

No que diz respeito à psicologia, testemunhamos, ao longo do século XX, um movimento de aproximação das ciências humanas e sociais (antropologia e sociologia) com a psicologia histórico-cultural.⁴ Os psicólogos dessas correntes pretendem integrar plenamente a dimensão cultural (que varia de acordo com o tempo, o grupo e o contexto) nos domínios tradicionais de estudo (estudo do desenvolvimento da linguagem, cognição, percepção, memorização etc.): “Toda a história da psicologia transcultural pode ser vista como uma longa luta para reunir o que havia sido separado como resultado da divisão das ciências humanas em ciências sociais e em humanidades” (COLE, 1996, p. 327–8).

Da mesma forma, em um processo de reapropriação crítica da teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu, a sociologia disposicionalista e contextualista à escala individual que desenvolvi tende, por sua vez, a abrir os cofres misteriosos e lacrados que o sociólogo costumava se contentar com evocar ao falar de esquema, de disposição,⁵ de estruturas mentais ou cognitivas, de *habitus* etc.⁶ Essa sociologia, assim como a psicologia histórica e cultural, permanece ancorada em sua disciplina: nem para essa sociologia ou para essa psicologia, há uma questão de aproximação interdisciplinar ou de uma prática multidisciplinar. As duas abordagens convergem, no entanto, em suas visões teóricas e em suas orientações epistemológicas: elas concordam com o caráter cultural (ou social) das estruturas mentais e comportamentais e pretendem apreender variações sociais, históricas, geográficas e culturais..., em vez de enfatizar o caráter universal das características humanas, como poderiam fazer a biologia ou as neurociências.

Essas congruências e convergências nos lembram que a fronteira entre o campo da sociologia e o campo da psicologia mudou constantemente ao longo da história dessas disciplinas. Para citar apenas um exemplo emblemático, hoje canonizado como um sociólogo mundialmente reconhecido, Erving Goffman foi percebido em seus primeiros dias – no final dos anos 1950 – como um pesquisador com um perfil muito

de “psicologia social” (WINKIN, 1988, p. 87), pelo fato de se interessar por questões de interações interindividuais ou de relações dos indivíduos em situações sociais, e menos por grupos e suas relações. Por que o que pode parecer, em uma época, ser psicologia social, pode, em outra época, ser percebido como o cerne da disciplina sociológica? A evolução das concepções sobre o que é sociológico e o que não é levanta o delicado problema da definição do “social” ou, mais precisamente, a questão das lutas científicas que têm por jogo o monopólio da definição legítima do “social”.

O que é um indivíduo para um sociólogo?

Em primeiro lugar, a sociologia parte da constatação de que um indivíduo não seria o que é, com seus gostos e desgostos, seus modos de falar, pensar ou agir, sem todas as experiências que viveu com os outros indivíduos desde o seu nascimento. A sociologia, portanto, distingue-se de todos os pensamentos que isolam o indivíduo (e sua psique) do mundo social considerado como uma realidade externa. Os "sistemas dos filósofos clássicos" consideram o homem como "um sujeito à parte de todos os outros em seu redor e fora de suas conexões com eles" (HALBWACHS, 2015, p. 48).

Um indivíduo pode ser definido sociologicamente pela multiplicidade e complexidade de suas experiências de socialização. Cada pessoa não é jamais caracterizada por uma única propriedade (por exemplo, o fato de ser um trabalhador pouco qualificado ou um gerente de uma grande empresa). Assim, um trabalhador não é apenas um trabalhador, mas acumula o fato de ser um homem ou uma mulher, de possuir (ou não) um diploma de tal e tal natureza, de pertencer a tal e tal geração, de participar de tais e tais atividades políticas, esportivas, religiosas, culturais e assim por diante. Mais do que isso, essa complexidade de pertencimentos sociais ou de lugares sociais ocupados por cada indivíduo em grupos ou instituições diversos se desdobra ao longo do tempo: o mesmo trabalhador pode, assim, ter sido também uma criança única, o representante da classe na escola, um coroinha, um atleta na adolescência, um trabalhador agrícola, um sindicalista, etc. Cada grupo ou cada instituição frequentado contribui para forjar modos específicos de ver, sentir ou agir, e a combinação de todas essas experiências harmoniosas ou contraditórias compõe a singularidade (relativa) de cada indivíduo. Porque as "influências" que ele sofre

começam antes mesmo que ele tenha idade suficiente para estar consciente delas, e porque essas mesmas influências são tão numerosas que ele não consegue mais ver de onde elas provêm, acaba tomando por desejos pessoais o que foi realmente impresso sobre ele por essas múltiplas experiências, das quais ele nunca foi o mestre. Mais uma vez, Halbwachs é um dos que nos ajudam melhor a compreender a situação indissociavelmente psíquica e social de cada indivíduo: é, ele diz, "esse conjunto de influências sociais que nos penetra sem que suspeitemos, desde o despertar de nossa consciência", o que nos faz "acostumados a confundi-los com nós mesmos" (HALBWACHS, 2015, p. 50).

A metáfora do "social em estado dobrado ou desdobrado" (LAHIRE, 2013) pode aqui se revelar útil no raciocínio. Por exemplo, quando o sociólogo estuda o protestantismo e descreve suas propriedades ou traços relevantes, quando analisa o funcionamento de suas instituições, as atitudes, o *ethos* ou os valores a ele vinculados, fala de um fenômeno que afetou milhões de indivíduos na história, protestantes comuns, ascetas ou teólogos famosos, todos diferentemente engajados, mais ou menos fortemente definidos por seu pertencimento confessional. Consequentemente, falar de "protestantismo" é operar uma formidável (e bastante legítima) abstração em relação a esses milhares, ou milhões, de modos de viver (e fazer viver) o protestantismo. A descrição necessariamente ideal-típica (no sentido de Max Weber) de uma cultura ou ética protestante é uma descrição desindividualizada, dessingularizada, desparticularizada que, no entanto, inevitavelmente se apoia nos traços de múltiplas atividades e ações, representações individuais, particulares, singulares. E o mesmo raciocínio diz respeito também às culturas de classe, à instituição escolar, ao Estado etc.; ou seja, ao conjunto de objetos macrossociais aos quais as ciências sociais nos habituaram, que implicam uma multiplicidade de atores individuais. Por meio de reconstruções históricas, estatísticas ou etnográficas, os sociólogos operam assim regularmente totalizações abstratas, que transcendem cada caso individual e não se deixam confinar a nenhum caso particular. No entanto, ao estado corporificado, o mundo social vive de um modo não desdobrado e abstrato, mas dobrado, ou seja, sob a forma de combinações matizadas e concretas de múltiplas disposições para ver, sentir e agir. Cada indivíduo é, de certa forma, o repositório de disposições que são produto de suas múltiplas experiências socializantes, mais ou

menos duradouras e intensas, em diversos coletivos, dos mais micros aos mais macros.

Nesta versão dobrada da realidade social em escala individual, o indivíduo não é redutível ao seu protestantismo, ao seu pertencimento de classe, ao seu nível de cultura ou a seu sexo. Ele é definido pelo conjunto de suas relações, compromissos, afiliações e propriedades, passados e presentes. Nele, se sintetizam ou se combatem, se combinam ou se contradizem, se articulam harmoniosamente ou coexistem mais ou menos pacificamente os elementos e as dimensões de sua cultura (no sentido amplo do termo), que são geralmente estudados separadamente por pesquisadores em ciências sociais. A realidade social de cada indivíduo não respeita as divisões científico-institucionais, e é a mesma pessoa que é homem, filho de um trabalhador e o próprio trabalhador, estudioso, católico, e assim por diante. Depois de desdobrado o social, pode ser útil redobrá-lo, analisando os indivíduos em sua relativa singularidade.

Um indivíduo é, portanto, uma realidade social caracterizada pela complexidade de sua herança de disposições, complexidade que se manifesta na variação de seus comportamentos observáveis nos diferentes campos de prática ou microcontextos nos quais ele inscreve suas ações.

A singularidade individual

Constituir o indivíduo como um objeto sociológico legítimo leva a redefinir o “social” e, em particular, a pensar que a chamada realidade “social” não pode ser reduzida à de grupos ou classes. Assim que se evoca a existência de “diferenças sociais”, pensa-se, em efeito, muito espontaneamente em diferenças entre classes sociais ou grupos sociais. Pensa-se um pouco mais raramente nas diferenças socialmente construídas entre os sexos ou nas diferenças entre gerações, que muitas vezes são diferenças entre diferentes estados do mundo social e as condições de socialização dos indivíduos. Mas quase nunca surge espontaneamente a ideia de que as diferenças mentais ou comportamentais entre dois indivíduos singulares, do mesmo meio social, ou melhor, da mesma família, ainda são diferenças sociais, no sentido de que foram engendradas socialmente por experiências sociais

(socializadoras) diferenciadas. Da mesma forma, é bastante raro considerar a realidade social sob o ângulo da variação dos comportamentos de um mesmo indivíduo, de acordo com as situações sociais em que ele se encontra imerso.

No entanto, é importante salientar que a realidade social não pode ser reduzida às relações sociais entre grupos e, em particular, às diferenças socioprofissionais, socioeconômicas ou socioculturais, se não se quiser pensar que as diferenças entre os indivíduos, ou mesmo entre os diferentes comportamentos de um mesmo indivíduo, não são mais socialmente engendradas e que, conseqüentemente, as estruturas mentais e comportamentais individuais estão fora do campo da compreensão sociológica.

Ao tomar o ator individual como objeto de pesquisa, não se pretende, à maneira do individualismo atomístico, torná-lo a unidade última ou o átomo lógico de toda análise. Tampouco há a intenção de atribuir "autonomia" e "racionalidade" a todos os atores, colocando os mesmos traços psicológicos rudimentares na origem de todas as suas práticas. Cada indivíduo é o que suas múltiplas experiências sociais fizeram dele. Longe de ser a unidade mais elementar da sociologia, o indivíduo é, sem dúvida, a realidade social mais complexa de se apreender. E entendemos que a sociologia não poderia começar com a análise desses compostos complexos de experiências sociais mais ou menos heterogêneas que constituem os indivíduos. No fundo, ao contrário do que as concepções atomísticas podem nos levar a crer, é menos complexo estudar universos sociais, grupos sociais, instituições ou quadros de interação do que casos individuais. Os indivíduos atravessaram o passado e atravessam permanentemente os múltiplos contextos sociais (universos, instituições, grupos ou situações); eles são portadores de todas as experiências (nem sempre compatíveis e, às vezes, claramente contraditórias) que vivenciaram em múltiplos contextos.

Os atores plurais e a variedade de seus contextos de ação

Raros são os trabalhos sociológicos que têm como objetivo “seguir” um mesmo ator (e não globalmente um mesmo grupo de atores) em situações muito diferentes de sua vida (diferentes domínios de existência, diferentes universos sociais, tipos de interação diferentes). Estudando atores em cenas particulares, nos apressamos na

maioria das vezes em deduzir da análise de comportamentos observados nessas cenas particulares as disposições gerais, *habitus*, visões de mundo ou relações gerais com o mundo. No entanto, o estudo de comportamentos observáveis em circunstâncias limitadas e determinadas não permite tais deduções gerais.

A sociologia disposicionalista e contextualista da ação à escala individual implica, como consequência, novas exigências metodológicas.⁷ Para compreender a complexidade interna dos atores, é necessário nos equipar com dispositivos metodológicos que nos permitam observar diretamente ou reconstruir indiretamente (através de diversas fontes, incluindo longas e repetidas entrevistas) a variação dos comportamentos individuais de acordo com os contextos sociais. Somente esses dispositivos metodológicos possibilitam avaliar até que ponto certas disposições são transferíveis de uma situação para outra, enquanto outras não, bem como avaliar o grau de heterogeneidade ou homogeneidade do patrimônio de disposições incorporadas pelos atores no curso de suas socializações anteriores. Se a observação direta de comportamentos continua a ser o método mais pertinente, raramente é inteiramente possível, na medida em que “seguir” um ator em diferentes situações de sua vida é uma tarefa ao mesmo tempo pesada e que pode se tornar rapidamente problemática a partir de um ponto de vista deontológico. Mas a entrevista e o trabalho sobre arquivos variados podem ser também reveladores de múltiplas pequenas contradições, de heterogeneidades comportamentais despercebidas pelos atores.

Não se trata de apenas comparar as práticas, modos, atitudes, comportamentos, etc., dos mesmos atores em universos sociais, como o local de trabalho, a família, a escola, a vizinhança, a igreja, o partido político, o mundo de lazeres e da cultura, mas também de diferenciar as situações no interior desses diferentes grandes domínios. É frequente que os sociólogos estudem o comportamento dos atores no quadro de um só domínio de atividade (sociologia da família, sociologia da escola, sociologia do trabalho, sociologia da religião etc.). O ator individual é sempre situado em uma só e única cena social. Ele é, conforme o caso, um funcionário, um escolar, um parente de aluno, um pai ou uma mãe de família, um marido ou uma esposa, um eleitor, um leitor, etc. É mais raro que os sociólogos comparem os mesmos participantes em duas cenas diferentes. A situação é, no entanto, comum a todos os que tentam compreender os fenômenos da contradição ou da diferença culturais. A

sociologia da educação, por exemplo, está acostumada a esse tipo de comparação: práticas educativas familiares/ práticas escolares, saberes populares/saberes escolares, práticas linguísticas de um grupo de pares/ práticas linguísticas escolares, modos de exercer autoridade parental/ modo escolar de exercer autoridade. Ainda que o acento seja muitas vezes mais particularmente colocado numa cena (familiar ou escolar), este tipo de investigação constitui um primeiro passo para a abordagem sociológica à escala dos indivíduos e da sua complexidade própria. Por outro lado, é muito difícil citar os trabalhos que teriam “observado” sistematicamente os mesmos atores em mais de duas cenas.

Foi justamente isso que eu tentei fazer em um trabalho sobre as práticas culturais dos franceses (LAHIRE, 2004), que ao mesmo tempo critica, integra e generaliza o modelo desenvolvido pelo sociólogo americano da cultura, Richard A. Peterson (1992), ao mostrar que as variações intraindividuais dos comportamentos culturais são o produto da interação entre, por um lado, a pluralidade de disposições e as competências culturais incorporadas (assumindo a pluralidade de experiências culturais socializantes em matéria cultural) e, por outro lado, a diversidade de contextos culturais (domínios ou subdomínios culturais, contextos relacionais ou circunstâncias da prática) em que os indivíduos têm que fazer escolhas, praticando, consumindo, apreciando etc. A origem e a lógica dessas variações são, portanto, plenamente sociais.

Por que sociologizar o indivíduo?

É a lógica da pesquisa que conduz a conceitualizar o indivíduo como um objeto legítimo das ciências sociais. Quando se leva a estudar o comportamento singular de um indivíduo determinado, e não o comportamento coletivo de indivíduos considerados membros de grupos, comunidades ou classes, não podemos mais nos contentar em descrever e analisar a realidade a grandes traços. Procurar compreender a natureza da obra de um artista ou de um escritor (BOURDIEU, 2013; ELIAS, 1991A; LAHIRE, 2010), os sucessos ou insucessos acadêmicos estatisticamente improváveis de determinados alunos (HENRI-PANABIÈRE, 2010;

LAHIRE, 1995), a passagem ao ato criminoso de tal indivíduo, a tentativa de suicídio de tal ou tal pessoa, ou o destino singular de um indivíduo, com suas etapas obrigatórias e suas bifurcações e rupturas surpreendentes (DENAVE, 2015), exige entrar na complexidade tanto das determinações disposicionais quanto contextuais.

Hume, a sociologia disposicionalista, a psicanálise e a psicologia cognitiva experimental.

A sociologia disposicionalista busca iluminar o passado incorporado dos indivíduos. A natureza exata desse passado faz corpo; a questão da constituição, do reforço ou do ajustamento dos esquemas ou das disposições ao longo de uma série de experiências socializadoras mais ou menos coerentes; a forma como esses esquemas ou disposições se tornam práticas; o caráter inconsciente desse passado incorporado; essas são questões de interesse primordial para o sociólogo disposicionalista, mas que não deixam de estar relacionadas com questões próprias da psicanálise ou da psicologia cognitiva experimental.

As práticas humanas são assombradas por esquemas ou disposições que são testemunhas de um passado sedimentado no interior do corpo socializado. Para compreendê-las verdadeiramente, é preciso, portanto, encontrar por trás de um determinado comportamento as estruturas historicamente e biograficamente constituídas, que se manifestam através desse comportamento. As estruturas que presidem a produção de comportamentos (atos ou formas de expressão) preexistem à análise e são os produtos de uma história incorporada; são esquemas ou disposições internalizadas pelos indivíduos.

Os conceitos de "esquemas" ou de "disposições" – mas também uma série de outros conceitos, como o de "estrutura" – são um verdadeiro desafio ao positivismo, já que o positivismo requer ver as coisas antes de aceitar a sua existência. Um esquema ou uma disposição são realidades que não são observadas diretamente, mas que devemos pressupor que são ativas para poder explicar a coerência do que observamos. Por exemplo, uma disposição ascética pode se manifestar em uma relação passada no trabalho escolar, na sua relação atual com o trabalho, nas maneiras como o orçamento familiar é gerenciado, nas suas escolhas esportivas e na forma como os esportes são

praticados, etc. Argumentar que ninguém jamais viu uma disposição ou um esquema para refutar o disposicionalismo é um erro grosseiramente positivista. Nenhum disposicionalista jamais pretendeu que uma disposição seja observável. O que é observável são os efeitos que as disposições produzem nas práticas e representações.⁸

Sigmund Freud também colocou em prática um raciocínio disposicionalista implícito quando distinguiu os “pensamentos latentes” ou o “conteúdo latente” do sonho, dos “pensamentos manifestos” ou do “conteúdo manifesto”. (2007 [1914]). A noção de “latência” refere-se apenas a uma existência virtual, não manifestada, mas potencialmente manifestável. O status do inconsciente está, portanto, próximo ao da disposição: é um passado incorporado que é estruturante, mas que só se manifesta em ocasiões ou circunstâncias determinadas.

Os modos de atualização do passado incorporado

Freud distinguiu dois modos pelas quais o passado incorporado poderia retornar ao presente: o primeiro é a lembrança consciente (a recordação); o segundo consiste na repetição vivida de um esquema (relacional ou afetivo), que se refere à atualização não consciente, no cerne da cura analítica (com o fenômeno da “transferência” para o analista) ou na vida ordinária, de disposições incorporadas. Essa distinção é fundamental e deve ser mantida em mente para evitar reduzir o retorno do passado ao presente apenas para a memória, ou para falar dos efeitos do hábito através da linguagem da memória com fez Piaget quando escreveu que “a criança se limita primeiro a aplicar os esquemas que ela conhece... a questão é lembrar esses esquemas no momento certo e adaptá-los à situação atual” (Piaget, 1978, p. 201). Porque não nos “lembramos” de um esquema cognitivo ou sensorial-motor da maneira como nos lembramos de um evento passado. A memória-hábito, como Bergson disse, não tem nada a ver com memória-recordação (em francês, *mémoire-souvenir*): “O hábito, mais do que a memória, joga com nossa experiência passada, mas não evoca a sua imagem” (BERGSON, 1908, p. 164). É uma “memória do corpo” que se mostra nas maneiras de ser e fazer e não nas “imagens-recordações”.

O segundo modo é o mais crucial para compreender que os indivíduos estão permanentemente reproduzindo as cenas que viveram no passado, sem saber que

estão repetindo-as. Eles adotam as mesmas atitudes, retornam para as mesmas posições ou para as mesmas posturas, agem ou reagem da mesma maneira e, às vezes, produzem os mesmos efeitos. Memória involuntária, “força atuante”, o passado toma a forma de disposições e, portanto, ressurgem não apenas como recordação de atos, palavras, sentimentos ou pensamentos circunstanciais. O passado incorporado age sobre nossas percepções, nossas representações, nossos afetos ou nossas ações, sem que estejamos conscientes disso. Foi Hume quem enfatizou que nossa “experiência passada” age na mente de uma maneira tão “insensível” que pode escapar totalmente de nossa consciência. E é de fato uma memória sem “recordações” que está em jogo quando uma pessoa “interrompe sua caminhada quando um rio cruza o seu caminho”, ao prever “as consequências que terá se prosseguir”, graças ao conhecimento prático proporcionado pela experiência passada:

Podemos pensar que, nessa ocasião, ele reflete sobre qualquer experiência passada e invoca a recordação de casos que ele viu ou ouviu falar, a fim de descobrir os efeitos da água sobre corpos animais? Não certamente; este não é o método que ele prossegue em seu raciocínio. A ideia de imersão está tão intimamente ligada com a da água, e a ideia de sufocamento com a da imersão, que a mente faz a transição sem a ajuda da memória. O costume age antes de termos tempo de refletir. (HUME, 1978 [1738], p. 103-4).

Em todo o caso, que o passado retorne ao modo de um "me lembra isso" ou de "me força a agir, pensar ou sentir assim", são as situações atuais que abrem ou fecham as possibilidades de uma reativação do nosso passado incorporado. Passado incorporado e contextos presentes nunca existem um sem o outro. A cada momento, percebemos as situações em que estamos imersos do ponto de vista do que nosso passado incorporado nos ensinou a perceber; a cada momento, as situações que se nos apresentam, e que nem todos controlamos, reativam o nosso passado incorporado sem que nenhuma decisão consciente seja tomada.

Levar em conta essas diferentes modalidades de atualização do passado incorporado permite apontar o risco de superestimar os efeitos da verbalização na cura analítica e em muitas formas de psicoterapia. Fazer com que os pacientes com distúrbios falem, sem dúvida, ajudou a conduzi-los no caminho da recuperação, mas não se trata apenas de questões de consciência, de expressão libertadora de

experiências enterradas, ocultas, reprimidas ou de liberação pela fala. Há também disposições para agir de um certo modo, disposições para acreditar, pensar, sentir etc., solidamente ancoradas que conduzem a fazer que os mesmos problemas se repetam incansavelmente. Os transtornos são compulsivos apenas porque são o resultado de seres socializados, acostumados ou habituados cujas forças disposicionais conduzem a reproduzir os mesmos problemas, a repetir as mesmas sequências de ação ou interação, ou a se reposicionar incansavelmente nas mesmas situações problemáticas.

O cérebro estatístico ou a antecipação prática

Por sua vez, as neurociências encontram, por suas próprias vias e meios, os mesmos tipos de problemas sobre os quais a filosofia humeana ou a sociologia disposicionalista, entre outras, nunca deixaram de trabalhar. Os seres humanos são seres de experiência, que constantemente confiam, sem saber, em suas experiências passadas para agir no presente. Eles dão sentido ao que veem e ouvem, de acordo com o que viveram no passado e, inconscientemente, antecipam que as coisas virão com base em seu passado incorporado: palavras que devem ser ditas, os gestos que devem ser feitos, os eventos que ocorrerão etc.

O cérebro bayesiano⁹ ou o cérebro estatístico é a estrutura teórica que guia muitos trabalhos de psicologia cognitiva sobre a percepção, a linguagem e a ação. É um modelo que considera o cérebro um complexo sistema de cálculos probabilísticos não conscientes. Tudo acontece como se o cérebro estivesse fazendo apostas permanentes de que o que acontece, ou vai acontecer, é apenas o prolongamento de experiências passadas internalizadas; “ele usa o passado para prever o presente” (DEHAENE, 2012). Pode-se dizer que, no fundo, o conjunto de cálculos probabilísticos não conscientes realizados pelo cérebro são comumente chamados de intuição, ou o significado do jogo. A “hipótese do cérebro Bayesiano”, escreve o psicólogo cognitivo Stanislas Dehaene:

Postula que nosso cérebro infere, com base em entradas sensoriais, um modelo interno do mundo externo. Por sua vez, este modelo interno pode ser usado para criar antecipações sobre as entradas sensoriais. Essa

hipótese de codificação preditiva pressupõe que o cérebro gera permanentemente essas antecipações, e um sinal de surpresa ou erro quando essas predições são violadas por entradas sensoriais inesperadas. (DEHAENE, 2012).

Esses avanços nas neurociências mostram que a cada momento o fluxo fino de operações conscientes esconde uma multiplicidade de operações ou cálculos inconscientes que são responsáveis por interpretar as informações sensoriais e trazer ou não de volta ao espaço consciente certo entre elas. “Com toda evidência”, escreve Dehaene, “um enorme número de cálculos é feito sem nosso conhecimento, a fim de montar a cena que está sendo realizada diante de nossos olhos e nossos ouvidos, e que erroneamente tomamos como um mero dado de nossos órgãos dos sentidos” (2014, p. 95). Mas como este conjunto de operações que estão sendo processadas dentro de nós permanece inacessível à nossa consciência, nós subjetivamente pensamos que o único esforço intelectual que nosso cérebro realiza ocorre nos momentos em que estamos envolvidos em uma árdua tarefa intelectual. E mesmo nesses momentos de intenso esforço intelectual, como seria no caso de resolver um problema matemático, operações inconscientes ainda estão em ação:

A todo instante, sem que estejamos conscientes disso, o nosso sistema visual resolve problemas de reconhecimento de padrões que excedem todos os nossos programas atuais de computação de *software*. Contamos com o extraordinário poder de cálculo do inconsciente sempre que tentamos resolver problemas matemáticos. (DEHAENE, 2014, p. 125).

Dehaene apresenta a metáfora sociopolítica para evocar esse desequilíbrio entre a ponta consciente do iceberg e a imensa massa inconsciente imersa abaixo:

A psicologia cognitiva moderna considera, assim, o acesso à consciência como um "gargalo central", uma "segunda etapa de tratamento", ou uma sala VIP, onde apenas alguns convidados sortudos são convidados. Outra metáfora surgiu nas décadas de 1960 e 1970. Esta comparou a consciência a um "sistema de supervisão central", um poderoso conselho de administração que controla o fluxo de informações no cérebro”. (DEHAENE, 2014, p. 231).

Mas, pode-se perguntar: como todos esses cálculos podem levar a uma estrutura relativamente coerente e estável do mundo? A resposta está, para mim, na própria estrutura mesma do mundo (física como social). Esses cálculos são as

antecipações práticas, as previsões pré-reflexivas ou não conscientes, fundadas sobre uma série relativamente coerente de experiências passadas internalizadas pelos indivíduos, e que a sociologia disposicionalista chama de disposições. Nos debates filosóficos entre os empiristas mais radicais (Berkeley) e os aprioristas (Kant), os aprioristas se opuseram aos argumentos de seus oponentes, sugerindo que se não tivéssemos uma mente pré-estruturada, a multiplicidade de experiências entre as que vivemos tornaria impossíveis percepções e representações estruturadas do mundo. A solução para o problema levantado por esses debates reside, assim, na existência de estruturas inatas de percepção e representação, que preexistem à toda experiência.

O que os aprioristas e os empiristas esquecem é que o mundo já está sempre estruturado e que o cérebro é capaz de detectar as regularidades ou recorrências que se impõem a ele, que elas sejam sociais (a maneira como uma interage com a outra) ou físicas (fenômenos naturais que se lhes apresentam). Os seres humanos, graças às habilidades de seu cérebro, são capazes de deduzir regularidades mentais e comportamentais da regularidade do mundo:

Desde o nascimento, o cérebro é bombardeado com informações sobre o mundo. Anos de interação com um ambiente estruturado permitem que o cérebro recolha uma grande quantidade de estatísticas sobre a frequência com que diferentes sensações ocorrem simultaneamente ou em uma sucessão próxima. Com a experiência, a aprendizagem dedica conjuntos de neurônios específicos às combinações recorrentes que caracterizam objetos familiares. Uma vez estabelecidos, esses conjuntos neuronais conservam a sua seletividade, mesmo durante uma anestesia geral – uma prova manifesta de que essa forma de ligação não requer consciência. (DEHAENE, 2014, p. 96).

O que temos em nós mesmos não é uma mente pré-estruturada antes de toda a experiência, mas um cérebro esperando para ser estruturado por suas experiências do mundo. O que isso significa é que um cérebro humano é feito para procurar as estruturas, as formas e as realidades relativamente invariantes no mundo. O cérebro pode tomar todas as formas imagináveis possíveis, desde que haja formas identificáveis. “Sem que saibamos, nosso cérebro age constantemente como um estatístico, procurando a menor regularidade escondida atrás de dados que parecem aleatórios para nós. Este aprendizado estatístico opera incansavelmente, inclusive enquanto dormimos” (DEHAENE, 2014, p. 121).

As disposições ou os esquemas que a sociologia identifica, portanto, têm fundamentos neuronais que objetivam hoje as neurociências:

Mesmo antes de nosso nascimento, nossos neurônios se adaptam às estatísticas do mundo exterior, modificando suas sinapses. As centenas de milhares de bilhões de sinapses que pontuam nosso córtex mantêm um traço latente de toda a nossa vida. Milhões de sinapses fazem-se e desfazem-se todo dia, particularmente durante os primeiros anos de vida, quando nosso cérebro se adapta ao seu ambiente... Acumuladas, todas essas informações acabam por lançar os fundamentos de uma rica intuição do mundo. Nas áreas visuais, nossas conexões corticais acumulam as estatísticas sobre as combinações de características e cores que compõem as imagens. Nas regiões auditivas e motoras se inscreve uma intuição inconsciente da música: os anos de prática de piano induzem mudanças detectáveis na densidade da matéria cinzenta. (DEHAENE, 2014, p. 268).

Essas contribuições das neurociências reforçam o disposicionalismo sociológico, fundado sobre todos os outros métodos (longas entrevistas e observações): o cérebro detecta as regularidades em um ambiente estruturado (através de formas de vida sociais, as leis da física e da biologia, etc.) e as internaliza sob a forma de esquemas ou disposições que funcionam à maneira de antecipações práticas. Isto é o que vamos abordar agora.

A internalização das regularidades da experiência

O disposicionalismo sociológico tem as suas raízes nas reflexões filosóficas de Aristóteles sobre a virtude e nas de David Hume sobre o entendimento. Mas essas reflexões filosóficas estão sendo confirmadas pelos trabalhos de psicólogos que trabalham com crianças e com interações pais-filhos.

Em primeiro lugar, Aristóteles nos diz, em essência, que é multiplicando atos de um certo tipo que se adquire um certo poder para agir em inúmeras outras situações futuras. Assim, ele distingue o que nos é dado por natureza e o que devemos adquirir:

Além disso, tudo o que surge em nós por natureza, primeiro nós o recebemos em estado de potência e depois e que o fazemos passar a ato como é manifesto no caso das faculdades sensíveis (porque não é o resultado de uma miríade de atos de visão ou uma miríade de atos de audição que nos adquirem os sentidos correspondentes, mas é o contrário: já tínhamos os sentidos quando os usamos, e não foi depois de tê-los usado que os tivemos). Para as virtudes, ao contrário, sua posse supõe um

exercício prévio, como também para as outras artes. De fato, as coisas que devemos ter aprendido para fazê-las, é fazendo-as que as aprendemos: por exemplo, é construindo que nos tornamos construtores, e tocando cítara que nos tornamos citaristas; assim, é ainda praticando ações justas que nos tornamos justos, ações moderadas que nos tornamos moderados e ações corajosas que nos tornamos corajosos. Esta verdade é ainda atestada pelo que acontece nas cidades, onde os legisladores tornam os cidadãos bons fazendo-os contrair certos hábitos. (ARISTÓTELES, 1959).

Em seu Tratado sobre a Natureza Humana, David Hume (1995) destaca a importância de nossas experiências que, quando se repetem, criam hábitos mentais e funcionam, na prática, como antecipações pré-reflexivas dos fenômenos por vir. O fogo está associado, na mente de quem já o experimentou, com o calor e a própria possibilidade de ser queimado, assim como a água está associada à impossibilidade de respirar debaixo d'água. O contato com esses elementos implica atitudes imediatas de prudência ou medo. Qualquer pessoa que tenha experimentado fogo ou água tem sido capaz de observar os mesmos fenômenos todas as vezes, e acaba antecipando, sem cálculo ou reflexão, os efeitos do contato com esses elementos.

É, portanto, com base na experiência repetida que uma disposição ou um esquema é, por hábito, pouco a pouco formado. E é essa disposição ou esquema que permite ao indivíduo que percebe e age inconscientemente projetar no futuro o produto internalizado de experiências passadas, assumindo que “o futuro se conformará ao passado” (HUME, 1995, p. 205). Sejam tipos de interação com pessoas, objetos ou animais, tipos de comportamento ou atitudes morais, culturais, estéticas ou políticas, modos de exercício da autoridade ou modos de raciocínio, o indivíduo incorpora uma miríade de hábitos que se ajustam e se combinam entre si permanentemente na prática. Diante dessa ou daquela situação, ele age ou reage de acordo com o que acredita reconhecer imediatamente os imperativos vinculados a essa situação de acordo com suas experiências passadas. A ação presente está repleta de todo um passado incorporado.

O vocabulário disposicionalista do sociólogo, assim como a filosofia humeana da experiência, carrega a ideia de recorrência, de repetição relativa, de série ou de classe de eventos. O cérebro de um indivíduo detecta regularidades porque existem regularidades objetivas no mundo (tanto físicas quanto sociais) a serem detectadas. É porque os pais têm um estilo de comportamento e hábitos que os filhos podem internalizar resumos ou condensados de experiências, na forma de esquemas ou

disposições incorporados, funcionando como resultado da antecipação prática e da projeção sobre uma situação presente do produto de experiências passadas. A regularidade está tanto no mundo exterior a cada indivíduo como no interior de cada um deles.

A psicologia é, do meu ponto de vista, uma boa sociologia dos processos de incorporação ou internalização quando olha para a internalização de conflitos ou relações pais-filhos. Jean Laplanche e Jean-Baptiste Pontalis escreveram que o conceito de internalização na psicanálise refere-se ao “processo pelo qual as relações intersubjetivas são transformadas em relações intrassubjetivas (internalização de um conflito, de uma interdição etc.)”:

Falamos de internalização quando o processo é sobre relacionamentos. Por exemplo, a relação de autoridade entre o pai e a criança é internalizada na relação do superego com o ego. Esse processo pressupõe uma diferenciação estrutural dentro da psique, de tal forma que as relações e os conflitos possam ser vivenciados no nível intrapsíquico. (LAPLANCHE e PONTALIS, 1990, p. 206).

Mas os processos de internalização são tanto os objetos de afeto, percepção, representação ou esquemas relacionais que são objeto de processos de internalização.¹⁰

O exemplo das relações entre mães ansiosas ou depressivas e seus bebês recém-nascidos, evocado pelo psicanalista e psicólogo de desenvolvimento Martin Dornes, é significativo ao estabelecer no bebê os esquemas de ação e reação por meio de repetidas interações com sua mãe. Se existe um ator que é particularmente dependente da situação presente e sem um passado (pesado), é o bebê. O bebê é o ator dos pragmatistas por excelência, infinitamente mais sensível às determinações contextuais e, neste caso, às determinações interacionais, pelo fato de suas bases disposicionais estarem muito pouco solidificadas: “O bebê não se ressentir”, explica Dornes,

[...] e de fato não pode se ressentir porque seu estado afetivo depende da realidade interacional atual, e a mudança dessa realidade muda também sua situação afetiva. O adulto ofendido, porque pode fantasiar constantemente sobre a situação ofensiva, pode manter um sentimento de ofensa ou vingança independentemente ou além de tal situação. (DORNES, 2002, p. 49).

Os bebês não falam e não têm a capacidade de observar ou analisar um adulto, mas internalizam as ansiedades de suas mães reagindo aos seus comportamentos através de suas interações:

Uma mãe pode ter, por exemplo, uma fantasia consciente ou inconsciente de que seu bebê pode morrer de fome. A criança não pode compreender esta fantasia mesmo que ela lhe tenha sido comunicada. O que o bebê entende, entretanto, é o seguinte: para controlar sua ansiedade sobre a fome, a mãe irá alimentá-lo em qualquer ocasião, oportuna ou inoportuna (ver exemplos em Cramer, 1987). A compulsão para se alimentar invade a interação à qual o bebê reage de maneira aversiva. A criança vai engasgar, vomitar, recusar-se a comer, ou seja, seguir o caminho da fome e realizar, ou “introjetar”, a fantasia da mãe. A introjeção precoce significa, portanto, que as fantasias e afetos dos pais são comunicados por meio de correlatos interacionais e que, dessa forma, são compreendidos pela criança. A “introjeção” em recém-nascidos não é um processo psíquico intencional e ativo, no qual um conteúdo psíquico estranho é introduzido; é uma retomada, uma assimilação dos correlatos expressivos das fantasias parentais, ou uma reação a essas fantasias. (DORNES, 2002, p. 38-9).

Como resultado, o bebê finalmente se recusa a comer, a fim de resistir ao excesso de comida fornecido por sua mãe e, assim, confirmando o seu medo.

Da mesma forma, em casos de mães depressivas com motricidade lenta, rosto triste, corpo mole e voz embotada, os bebês se prendem interativamente ao comportamento da mãe e acabam internalizando assim os sinais de um estado depressivo:

Após esforços iniciais e tenazes para normalizar o comportamento de sua mãe – ele sorri ainda mais, vocaliza mais e intensifica de maneira geral suas ofertas de interação – o bebê se afasta da interação. Seus olhos perdem o brilho, a respiração torna-se plana. Alguns bebês simplesmente permanecem nesse estado; outros começam a gritar; outros mantêm-se na fase de romper qualquer contato visual. Na maioria dos casos, um estado de abstinência finalmente segue a depressão simulada da mãe. (DORNES, 2002, p. 55-6).

Em alguns casos, também, quando as tentativas do bebê de “reviver” sua mãe são bem-sucedidas, o bebê pode deduzir que ele deve permanecer ativo, sedutor e atraente para evitar a desvitalização da mãe e continuar recebendo atenção e se sentindo amado (DORNES, 2002, p. 69-70). As disposições e esquemas de comportamentos são assim transmitidos pela adoção do “estilo interacional afetivo-

motor lento” dos pais, desde que se torne crônico: “Uma introjeção da depressão ocorre nos níveis comportamental e corporal” (DORNES, 2002, p. 56). E no nono mês, o bebê é capaz de vincular suas reações a outros, com base nos hábitos interacionais adquiridos com seus pais.

Os trabalhos de um pesquisador como Daniel Stern, que também combina o fato de ser psicanalista e psicólogo do desenvolvimento, confirma indiretamente as hipóteses de um cérebro bayesiano detector de regularidades ou invariantes:

Uma das tendências fundamentais da psique que a criança prontamente mostra é a tendência de introduzir uma ordem no mundo buscando as invariantes. Uma estrutura em que cada variação sucessiva seja familiar (a parte que se repete) e original (a parte que é nova) é ideal para ensinar o bebê a identificar invariantes interpessoais. (STERN, 1989, p. 102).

Ele também mostrou que as interações repetidas entre a mãe e a criança permitem que a criança antecipe corretamente os gestos de sua mãe e os comportamentos a adotar: "Essa memória generalizada é uma antecipação pessoal e individualizada do modo como as coisas provavelmente ocorrerão ao longo de uma sucessão de momentos" (STERN, 1989, p. 129-30).

Por exemplo, os momentos das refeições constituem os rituais com pequenas variações, que permitem ao bebê armazenar em sua memória não todos os episódios particulares da refeição, mas o "protótipo de um episódio de amamentação", que é uma espécie de "média das experiências", ou a estrutura invariante construída pouco a pouco a partir da série relativamente coerente de episódios de amamentação. O que o bebê interioriza, portanto, são esquemas ou padrões de interação, não a multiplicidade de interações que realmente ocorreram. Cada “esquema-de-ser-com”¹¹ comporta ações, sensações, percepções visuais, os afetos, e forma um todo que o bebê domina praticamente, através do corpo. Os bebês não se lembram de situações anteriormente vividas, mas “ao invés disso, eles sinalizam apenas pelo comportamento que algo foi armazenado no passado que influencia o comportamento atual” (DORNES, 2002, p. 292). E o que Stern também mostra é o fato de que quanto mais um tipo de interação ou situação se repete, mais um protótipo é reforçado, e mais difícil é para a criança integrar mudanças em seu comportamento: “Quanto mais a experiência é importante”, escreve Stern, “mais o impacto e a mudança provocadas

por qualquer episódio isolado particular será fraco. A história aumenta a inércia” (1989, p. 151).

Conclusão

Neste artigo, esforcei-me para mostrar como, em uma prática sociológica de pesquisa aberta à psicologia e às neurociências, os enriquecimentos científicos mútuos podem se produzir, sem que se perca a alma disciplinar ou se sinta lesado por qualquer reducionismo. Para concluir, explicarei com breves palavras a origem dos tipos de obstáculos mencionados bem como as condições progressivas para superá-los. A implementação de uma reflexividade sobre as condições de sua formação científica deve ser um pré-requisito para qualquer pesquisador. Todo verdadeiro progresso científico supõe avançar com, mas também contra sua própria formação e é só tomando consciência do que nos leva a pensar de uma certa maneira que seremos capazes de nos libertar de nosso passado, quando for necessário.

Quando comecei meus estudos de sociologia na França, no início dos anos 1980, a divisão do trabalho científico já havia chegado a um estágio muito avançado, e aprendi, como todos os estudantes da minha geração, a desconfiar de duas disciplinas científicas que representavam aos olhos de nossos professores um grave perigo para a sociologia: a biologia (a repulsa absoluta da época sendo a sociobiologia de Edward Osborne Wilson, seguida de perto por tentativas de explicações genéticas do comportamento) e a psicologia (qualquer que fosse sua natureza). “Naturalizar o mundo social” (e, em alguns casos, “medicalizá-lo”) ou “psicologizar o mundo social”: eram duas correntes que um sociólogo digno deste nome deveria absolutamente evitar. Essa desconfiança constituiu o sinal de uma bem-sucedida socialização profissional e, logicamente, conduziu a uma focalização monodisciplinar bastante clara: cada disciplina tem o direito de desenvolver seu ponto de vista específico e deve se defender contra qualquer tentativa de “reduzir” seus objetos de pesquisa a pontos de vistas disciplinares concorrentes. Tudo isso se assemelhava, no fundo, a uma espécie de defesa corporativista, tanto institucional quanto cognitiva.

Uma série de elementos, de ordens muito diferentes, contribuiu, no entanto, para pôr em causa essa desconfiança e esse corporativismo. Entre a multiplicidade de causas dessa mudança de ponto de vista, mencionarei: um interesse pessoal pelas questões relacionadas à construção social dos indivíduos, o que também me levou a ler tanto a psicologia cultural, histórica ou cognitiva quanto a psicanálise; o choque provocado pela leitura de Norbert Elias (cujas obras estavam apenas sendo descobertas por sociólogos franceses no final da década de 1980), que não só articulava habilmente história, sociologia e psicanálise em seus trabalhos sobre o processo de civilização (ELIAS, 1973; 2003), mas também afirmava que sempre parecia impossível para ele fazer sociologia sem saber como funcionava o corpo humano (ele começara estudando medicina), em particular o cérebro e o sistema nervoso (ELIAS, 1991b); as discretas observações de Pierre Bourdieu sobre as relações entre o funcionamento do cérebro, trazido à luz pelas neurociências e os mecanismos de socialização estudados pelos sociólogos,¹² ou a necessidade de combinar psicanálise e sociologia para compreender melhor os fatos sociais;¹³ uma curiosidade científica pessoal pela história das ciências que me levou a observar que a grande maioria dos avanços científicos mais significativos foi feita por pesquisadores abertos ao trabalho de diferentes disciplinas (tirando delas conceitos, raciocínios, métodos, pontos de vista, atitudes face aos problemas que tinham de resolver); e, por último, mas não menos importante, uma reflexão crítica que continuou a se afirmar durante as minhas pesquisas sobre os múltiplos efeitos problemáticos da divisão do trabalho científico (LAHIRE, 2012).¹⁴

Todos esses elementos, e sem dúvida muitos outros que as falhas da minha memória me impedem de restaurar, têm progressivamente me levado a questionar as rigorosas medidas disciplinares que nossos antecessores nos impuseram, a fim de tentar estabelecer pontes entre disciplinas, ou pensar em objetos de pesquisa como sociólogo, levando em conta a perspectiva desenvolvida por disciplinas relacionadas ou muito distantes no espaço das disciplinas científicas¹⁵, seja porque essas disciplinas tornam possível nomear fenômenos ou processos de forma mais explícita e clara do que nas ciências humanas e sociais (veja, por exemplo, os conceitos de variações inter e intraindividuais emprestados da psicologia diferencial, ou os conceitos do inconsciente retirados da psicanálise ou neurociência), ou porque essas

disciplinas confirmam, de outro ponto de vista e com outros métodos, resultados científicos obtidos com métodos específicos das ciências sociais, ou novamente porque conhecer essas disciplinas a longo prazo nos permite sintetizar alguns resultados que de outra forma estão dispersos, ou, finalmente, porque a atitude dos pesquisadores mais cientificamente criativos e fecundos, seja qual for a disciplina a que pertencem, pode ser muito inspiradora para os outros.

Notas:

1. Na lógica e nos limites desse raciocínio, ver Lahire (2013, p. 59-113).
2. A vitória científica de Durkheim sobre seus oponentes na época, e especialmente sobre Gabriel Tarde, que defendia uma “psicologia intermental”, deve-se essencialmente à extraordinária fecundidade teórico-empírica de Durkheim e seus seguidores (Célestin Bouglé, Paul Fauconnet, Maurice Halbwachs, Marcel Mauss e François Simiand, para citar apenas os mais famosos). Da mesma forma, a vitória científica mais recente de Pierre Bourdieu (que pode ser considerado um dos descendentes distantes de Durkheim) sobre seus oponentes que defendiam um “individualismo metodológico” (Raymond Boudon em particular), tem uma base científica bastante óbvia, se considerarmos a produção sociológica desses programas concorrentes.
3. Devemos mencionar também o papel desempenhado pelo movimento antropológico americano chamado “Cultura e Personalidade”, com Abram Kardiner (1891-1981) e Cora Alice Du Bois (1903-91), que inspirou sociólogos e antropólogos, como Roger Bastide (1898-1974) ou Georges Devereux (1908-85), e o psicanalista Erich Fromm (1900-1980), que todos combinaram sociologia ou marxismo e psicanálise.
4. Como o trabalho de Jérôme S. Bruner, Michael Cole, Ignace Meyerson, Richard Shweder, Lev S. Vygotski, e Henri Wallon.
5. Uma “disposição” é, de certa forma, um hábito geral e flexível, que é adquirido através da repetição (nunca idêntica) de experiências relativamente semelhantes.
6. Essa sociologia disposicionalista e contextualista à escala individual não pressupõe nem a natureza sistemática e coerente do conjunto de disposições incorporadas; nem a sustentabilidade e transferência de todas as disposições; essa sociologia dá um papel ao contexto atual de ação na interpretação das práticas (Lahire, 1998; 2002; 2004; 2012; 2013).
7. A abordagem metodológica que consiste em registrar variações intraindividuais encontra apoio no trabalho do sociolinguista americano William Labov (1972) e dos psicólogos franceses “diferencialistas” (Huteau, 1985; 1995, Loarer, Chartier, Huteau e Lautrey, 1995).
8. Foi assim que o antropólogo americano Ralph Linton argumentou sobre o interesse do conceito de “personalidade” (ou de “estrutura de personalidade”) (Linton, 1945).
9. A palavra “Bayesiano” vem do nome do matemático britânico Thomas Bayes (1702-61), que realizou pesquisas sobre probabilidades. Sobre o uso deste modelo teórico para a compreensão dos mecanismos cognitivos humanos, refiro-me a Xu e Tenenbaum (2007), Perfors, Tenenbaum, Griffiths e Xu (2011) e Kersten, Mamassian e Yuille (2004).

10. É lamentável que autores de diferentes disciplinas (sociologia, antropologia, psicologia experimental, psicanálise, neurociências) tenham contribuído com seu vocabulário díspare (introjeção, internalização, assimilação, incorporação, subjetivação, apropriação subjetiva, mentalização) para ocultar os processos comuns que buscavam trazer essas coisas à tona.

11. Em inglês no texto original.

12. “Quando se fala em seres vivos, negar a existência de disposições adquiridas equivale a negar a existência da aprendizagem como uma transformação seletiva e duradoura do corpo, que se realiza pelo fortalecimento ou enfraquecimento das conexões sinápticas” (Bourdieu, 1997, p. 163).

13. De acordo com Bourdieu (1997, p. 198-9): a sociologia e a psicanálise devem unir seus esforços (mas seria necessário que superem seus preconceitos mútuos) para analisar a gênese do investimento em um campo de relações sociais, constituindo-se, assim, como objeto de interesse e de preocupação, no qual a criança está cada vez mais envolvida e que constitui o paradigma e também o princípio do investimento no jogo social.

14. Não é preciso dizer que todos os elementos da minha biografia científica, com suas singularidades, no entanto, relacionam-se com fatos coletivos que são bastante objetivos, pois estão historicamente localizados na década de 1990: a irresistível ascensão das neurociências e das ciências cognitivas; a crescente insatisfação sentida nas ciências sociais sobre a hiperespecialização dos pesquisadores; a tradução para o francês de várias obras importantes de Norbert Elias; as limitações, percebidas coletivamente, de um uso rotineiro da noção de *habitus*; e a disposição de questionar sua definição, bem como testar um certo número de pontos tomados como garantidos (em particular, a transferência e a durabilidade dos esquemas ou disposições) etc.

15. Isso constitui minha pesquisa recente sobre sonhos (Lahire, 2018).

Referências bibliográficas:

ARISTOTLE (1959). *Éthique à Nicomaque* (trans. Tricot, J.). Paris: Vrin.

BERGSON, H. (1908). *Matière et mémoire: Essai sur la relation du corps à l'esprit*, 5th edn. Paris: Félix Alcan.

BERTAUX, D. (1977). *Destins personnels et structure de classe*. Paris: PUF.

BERTAUX, D. (2005). *Le Récit de vie*. Paris: Armand Colin.

BOURDIEU, P. (1997). *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil.

BOURDIEU, P. (2013). *Manet: Une révolution symbolique*. Paris: Seuil.

COLE, M. (1996). *Cultural Psychology: A Once and Future Discipline*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

CRAMER, B. (1987). Objective and subjective aspects of parent-infant relations: an attempt at correlation between infant studies and clinical work. In: Osofsky, J (ed.) *Handbook of Infant Development*, 2nd edn. New York: Wiley, pp. 1037–57.

- DEHAENE, S. (2012). Résumé de cours au Collège de France. Paris, 21 February.
- DEHAENE, S. (2014). *Le Code de la conscience*. Paris: Odile Jacob.
- DENAVE, S. (2015). *Reconstruire sa vie professionnelle: Sociologie des bifurcations biographiques*. Paris: PUF.
- DORNES, M. (2002). *Psychanalyse et psychologie du premier âge* (trans. Vincent, C). Paris: PUF.
- DURKHEIM, É. (1975). *Textes 1 – Éléments d’une théorie sociale*. Paris: Minuit.
- DURKHEIM, É. (1981). *Les Règles de la méthode sociologique*, 20th edn. Paris: PUF.
- DURKHEIM, É. (1987). *La Science sociale et l’action*. Paris: PUF.
- ELIAS, N. (1973). *La Civilisation des mœurs* (trans. Kamnitzer, P). Paris: Calmann-Lévy.
- ELIAS, N. (1991a). *Mozart: Sociologie d’un génie* (trans. Étoré, J, Lortholary, B). Paris: Seuil.
- ELIAS, N. (1991b). *Norbert Elias par lui-même* (trans. Capèle, JC). Paris: Fayard.
- ELIAS, N. (2003). *La Dynamique de l’Occident* (trans. Kamnitzer, P). Paris: Calmann-Lévy.
- FREUD, S. (2007 [1914]). *Remémoration, répétition et perlaboration*. In: Freud, S (ed.) *La Technique psychanalytique*. Paris: PUF, pp. 117–26.
- HALBWACHS, M. (2015). *La Psychologie collective*. Paris: Champs classiques.
- HENRI-PANABIÈRE, G. (2010). *Des héritiers en ‘échec scolaire’*. Paris: La Dispute.
- HUME, D. (1978 [1738]). *A Treatise of Human Nature* (ed. Selby-Bigge, LA), 2nd edn. Oxford: Clarendon Press.
- HUME, D. (1995). *L’Entendement: Traité de la nature humaine*. Paris: GF-Flammarion, Book I and Appendix.
- HUTEAU, M. (1985). *Les Conceptions cognitives de la personnalité*. Paris: PUF.
- HUTEAU, M. (1995). *Manuel de psychologie différentielle*. Paris: Dunod.
- KERSTEN, D., Mamassian, P., Yuille, A. (2004). *Object perception as Bayesian inference*. *Annual Review of Psychology* 55: 271–304.

LABOV, W. (1972). *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania.

LAHIRE, B. (1995). *Tableaux de familles: Heurs et malheurs scolaires en milieux populaires*. Paris: Gallimard/Seuil, Hautes Études.

LAHIRE, B. (1998). *L'Homme pluriel: Les ressorts de l'action*. Paris: Nathan.

LAHIRE, B. (2002). *Portraits sociologiques: Dispositions et variations individuelles*. Paris: Nathan.

LAHIRE, B. (2004). *La Culture des individus: Dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris: La Découverte.

LAHIRE, B. (2010). *Franz Kafka: Éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris: La Découverte.

LAHIRE, B. (2012). *Monde pluriel: Penser l'unité des sciences sociales*. Paris: Seuil.

LAHIRE, B. (2013). *Dans les plis singuliers du social: Individus, institutions, socialisations*. Paris: La Découverte.

LAHIRE, B. (2018). *L'Interprétation sociologique des rêves*. Paris: La Découverte.

LAPLANCHE, J., Pontalis, J. B. (1990). *Vocabulaire de la psychanalyse*. 10th edn. Paris: PUF.

LINTON, R. (1945). *The Cultural Background of Personality*. Oxford: Appleton-Century.

LOARER, E., Chartier, D., Huteau, M., Lautrey, J. (1995). *Peut-on éduquer l'intelligence? L'évaluation d'une méthode d'éducation cognitive*. Berne: Peter Lang.

PENEFF, J. (1997). *La Méthode biographique*. Paris: Armand Colin.

PERFORS, A., Tenenbaum, J. B., Griffiths, T. L., Xu, F. (2011) A tutorial introduction to Bayesian models of cognitive development. *Cognition* 120(3): 302–21.

PETERSON, R. A. (1992) Understanding audience segmentation: from elite and mass to omnivore and univore. *Poetics* 21: 243–58.

PIAGET, J. (1978) *La Naissance de l'intelligence chez l'enfant*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé.

STERN, D. N. (1989 [1985]) *Le Monde interpersonnel du nourrisson* (trans. Lazatigues, A, Pérard, B). Paris: PUF.

THOMAS, W. I., Znaniecki, F. (1958 [1919]) *The Polish Peasant in Europe and America*. New York: Dover.

WINKIN, Y. (1988) Erving Goffman: portrait du sociologue en jeune homme. In: Goffman, E. (ed.) *Les Moments et leurs hommes*. Paris: Seuil/Minuit, pp. 13–92.

XU, F., Tenenbaum, J. B. (2007) Word learning as Bayesian inference. *Psychological Review* 114(2): 245–72.

COMO REFERENCIAR

LAHIRE, Bernard. Sociologia à escala individual, psicologias e neurociências. *Latitude*, Maceió, v.15, n. 2, p.277-305, 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/lt.2021.n.2.13531>